



UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS FATORES CONTRIBUIENTES NA RETENÇÃO DOS ALUNOS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA IFES: UM DESAFIO À GESTÃO UNIVERSITÁRIA.

Ana Lucia Fontes De Souza Vasconcelos
Marcio Nunes Da Silva

RESUMO

Este estudo tem por objetivo, analisar fatores que ocasionaram a retenção dos alunos de Ciências Contábeis em uma Instituição de Ensino Superior que estão na universidade no mínimo há 5 anos (tempo normal de conclusão de curso legitimado pelo projeto pedagógico do curso são de 4 anos), analisando também a relevância das políticas Afirmativas para uma melhor atuação nas políticas de retenção. Os desafios da gestão universitária estão em sua complexidade organizacional em cumprir tarefas múltiplas relacionadas a ensino, pesquisa e extensão através do diálogo dos valores e da cultura nacional e universal com a sociedade. O método utilizado nessa pesquisa foi o estudo de caso em uma IES, classifica-se em exploratório-descritivo. A coleta de dados foi através da aplicação de 50 questionários estruturados com alunos, que procuraram a coordenação do curso para serem inseridos no Programa de Acompanhamento de Estudos (PAE). Nas últimas décadas o aumento de Instituições de Ensino Superior possibilita maior acesso de pessoas à educação superior, entretanto, o número de alunos que possui dificuldades para concluí-lo causa vários problemas de ordem econômica e social. Com base nessa situação que este presente trabalho busca identificar os motivos pelos quais os alunos de Ciências Contábeis em uma IFES terminam seu curso em um tempo maior que o considerado normal. O estudo revelou entre outros resultados, que o fator determinante para o prolongamento dos alunos no curso foi o horário do trabalho incompatível com os estudos, que correspondeu a 52% das respostas dos entrevistados.

Palavras-chave: Gestão Universitária; Ciências Contábeis; Retenção.

1. INTRODUÇÃO

Os desafios da gestão universitária estão em sua complexidade organizacional em cumprir tarefas múltiplas relacionadas a ensino, pesquisa e extensão através do diálogo dos valores e da cultura nacional e universal com a sociedade na formação de profissionais qualificados.

Assim, as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel fundamental pelo seu impacto no desenvolvimento econômico e cultural da sociedade e por serem agentes propulsores e facilitadores de inovações, geração de conhecimentos e implementação dos

processos de aprendizagem – estão inseridas num contexto de mudança e têm como desafio a profissionalização de seu capital humano.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A LDB determina ainda que "a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais" (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI). Reforçando o direito de permanência com qualidade pode-se também citar o Plano Nacional de Assistência Estudantil, defendido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), apresentando as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos que viabilizem o acesso, permanência e conclusão do curso pelos estudantes, buscando reduzir as desigualdades socioeconômicas a partir de políticas que articulem ensino, pesquisa e extensão.

Para este estudo, conceitua-se a retenção como a condição de o aluno, após o período máximo de integralização curricular, manter-se ainda, matriculado no curso (MEC/ SESU, 1997). É relevante que se busque as causas e possíveis soluções a respeito deste assunto através de políticas públicas, pois um aluno quando passa mais tempo para concluir o curso de graduação está acarretando ônus social, impedindo que esta utilize o recurso público em outras formas de inclusão social no ensino superior.

Conforme o panorama da educação superior, a partir do Censo 2009 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹, demonstra a existência no Brasil de 2.314 IES, sendo 245 IES públicas obtendo um crescimento de 39,2% nos anos 2000 e 2009. Um dos desafios das IES, apontadas no relatório técnico destaca-se a necessidade de uma articulação das políticas de expansão e ampliação das oportunidades educacionais.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar fatores que ocasionaram a retenção dos alunos de Ciências Contábeis em uma Instituição de Ensino superior que estão na universidade no mínimo há 5 anos (tempo normal de conclusão de curso legitimado pelo projeto pedagógico do curso são de 4 anos) e como as discussões sobre este assunto estudado são levantadas nas políticas públicas da educação. O método utilizado foi o estudo de caso em uma IES, que segundo Yin (2006) estuda fenômenos contemporâneos inseridos na vida real. O estudo classifica-se em exploratório-descritivo que segundo Gil (2006) tem como alo explicar e aprimorar as concepções. A coleta de dados foi através da aplicação de 50 questionários estruturado com alunos, que procuraram a coordenação do curso para serem inseridos no Programa de Acompanhamento de Estudos (PAE), do curso de bacharelado em Ciências Contábeis da UFPE ocasionando a retenção discutida à luz da teoria.

2. REVISÃO DA LITERATURA

¹ Disponível em:

<http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=38109:interiorizacao-a-nova-revolucao-do-campo-&catid=9&Itemid=73>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

2.1 Cenário atual do ensino superior e expansão das IES no Brasil

Educação é inerente ao homem durante toda a sua vida, por isso o acesso e permanência universal à Educação Superior é um fator essencial para formação de indivíduos em uma nação. Segundo SAVIANI (1993, p.235) o homem é sempre educável e essa educabilidade inacabada do homem se cumpre das mais diferentes formas.

Conforme dados fornecidos pela Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), com base nos números publicados pelo de 2000 até 2005, ocorreu um avanço no crescimento das Instituições de Ensino Superior, no qual um dos principais fatores que contribuíram para essa expansão, o incentivo por arte do governo federal à abertura de novas IES e novos cursos.

Nos últimos anos a educação é enfatizada como caminho para o progresso eficaz e eficiente de um país, e dentro dela a formação de professores como sendo fator relevante para formação de cidadãos conscientes. O professor, ao repassar conteúdos não ligados à realidade, está apenas fazendo com que os alunos absorvam e memorizem assuntos que, na verdade, não sabem o que significam e, dessa forma, estariam apenas memorizando e repetindo informações (Freire 1975).

Para uma aprendizagem mais efetiva o conhecimento antecipado de determinados assuntos ajuda no desenvolvimento da aprendizagem. Segundo Camargo e Silva (2006, p. 239), “o conhecimento prévio do aluno influi muito em novas aprendizagens”, por isso é um dos fatores que podem se aliar ao processo educacional na consolidação de conteúdos repassados em sala de aula.

Segundo Mizukami (1986, p. 44-45) “a educação tem como finalidade primeira a criação de condições que facilitem a aprendizagem do aluno, e como objetivo básico liberar a capacidade de auto-aprendizagem de forma que seja possível seu desenvolvimento tanto intelectual quanto emocional”. Percebe-se com facilidade que não basta um professor que apenas reproduza assuntos em sala de aula, mas verdadeiros vetores que utilizem ferramentas adequadas e motivadoras no processo educacional contribuindo para formação dos aprendizes.

2.2 A importância do gerenciamento da retenção de alunos nas IFES

A Retenção é traduzida como a condição de um aluno, após um número máximo de anos e/ou período manter-se ainda, matriculado em um curso em um tempo maior do que o planejado pelo currículo de determinada instituição.

Segundo Alda Costa (*in*: DALBEN, 2000, p. 92) a retenção já havia sido entendida como elemento de coerção, tanto pelos professores como pelos alunos e seus familiares. Portanto,

“[...] a retenção constitui um elemento básico de controle político-pedagógico, que instrumenta as relações professor-aluno enquanto relação de poder autoritária. Não se pretende afirmar que a justificativa sobre o descompromisso dos alunos seja infundada. Pelo contrário, a existência desse tipo de relação constitui a outra face da moeda dessas relações de

poder: em parte, denota a interiorização dessa mesma cultura política pelos alunos, numa visão que legitima o uso da coerção como elemento indispensável da ordem social, o que reflete uma concepção de cidadania construída historicamente e compartilhada pelos atores sociais envolvidos no processo educacional escolar e familiar”.

Nesse contexto os gestores da educação acreditam que a retenção faz com que o foco para manter um ambiente educacional controlado se perca, porém ‘abrir mão’ de elementos de coerção e poder não seria o mais apropriado, pois os alunos não podem passar para um estágio posterior da aprendizagem sem ter conhecimento adequado do período anterior. Essas variáveis são envolvidas por questões de ordem social já que, muitas vezes, a retenção é causada por elementos que são inerentes aos estudantes e que prejudicam o seu desenvolvimento educacional como: problemas financeiros, questões de moradia, dificuldades de compreender os assuntos em sala de aula, conciliação do trabalho com os estudos.

Além dos impactos apontados anteriormente, o desempenho acadêmico também é apontado como um influenciador positivo da retenção de estudantes em uma IES (DOWD; COURY, 2006). No entanto, Leppel (2001) encontrou índices de persistência menores em cursos nos quais os estudantes tiveram um melhor desempenho, indicando que o motivo da desistência seria outro.

A indecisão do aluno em relação à escolha do curso, às suas habilidades ou à sua vocação e também assuntos financeiros afetam a retenção dos estudantes (DOWD; COURY, 2006). Enquanto, o que, para Leppel (2001) é consequência de um menor compromisso desses estudantes com sua educação.

Segundo SILVA (2007) a retenção faz parte da vida dos estudantes de quase todas as instituições de ensino brasileiras, e principalmente das universidades públicas federais. As causas destes problemas, não são muito bem explicadas, porém causam danos perceptíveis para a sociedade, tais como: aumento do gasto público, carência de mão-de-obra especializada; menor eficiência produtiva das empresas; perda de competitividade nacional, entre outros.

O tempo prolongado que um aluno permaneça em uma IFES deve ser controlado pelos gestores visando o decréscimo dos fatores negativos alocados à sociedade.

2.3 Políticas Afirmativas adotadas pelas IFES

As dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil são fatores que intensificam as causas da retenção. Questões como alimentação, moradia, manutenção, meios de transporte e saúde tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2004, ficou comprovado que mesmo havendo um decréscimo na desigualdade de renda do Brasil a maioria dos possíveis candidatos à universidade pertence a classes de baixa renda sendo oriundos da rede pública de ensino. Por isso não tem condições financeiras para

arcar com os custos de uma universidade e, muitas vezes, não consegue enfrentar a elevada concorrência nas IFES.

Dessa maneira, faz-se fundamental a articulação de ações de inclusão social na perspectiva de melhoria do desempenho acadêmico e conseqüentemente da qualidade de vida.

A universidade deve ter como missão o cumprimento da sistematização e socialização do conhecimento e o saber, formando profissionais capacitados que contribuam para uma sociedade justa e igualitária.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, que apresenta o caminho para a definição de programas e projetos dessa natureza, busca satisfazer essas demandas da sociedade e dos alunos. Nele há uma representação do compromisso da Associação com a inclusão e a permanência dos jovens nas IFES.

Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e um ambiente de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

3. ESTUDO DE CASO DA UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco possui um destaque a nível regional. Criada pelo Decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946, sendo instalada em 11 de agosto do mesmo ano, sob a denominação de Universidade do Recife, tornando-se a primeira Universidade do Norte e Nordeste do País e o único centro universitário dessas duas regiões. Em 1965, a Universidade do Recife passou a integrar o novo sistema federal de educação do País, com o nome de Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), autarquia vinculada ao MEC. Atualmente possui três unidades acadêmicas distribuídas em três campi: o campus do Agreste, situado na cidade de Caruaru, o campus de Vitória, situado na cidade de Vitória de Santo Antão e o campus Joaquim Amazonas, localizado na cidade do Recife. Os campi do Agreste e de Vitória integram o Projeto de Interiorização da UFPE. Esta pesquisa tem como lócus o campus Joaquim Amazonas.

A Universidade oferece um total de 98 Cursos de Graduação distribuídos entre os campi, 106 Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) e 60 Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. A população universitária é de 46.946 pessoas, assim distribuídas: 41.106 alunos (32.043 são da graduação, 3.803 dos Cursos de mestrados, 1.964 dos Cursos de doutorados, 2.874 dos Cursos de especializações, 422 do Colégio de Aplicação), 2.289 docentes (1.408 doutores, 405 mestres, 50 com especialização e 55 com graduação) e 3.551 servidores técnico-administrativos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. 2011).

O tema retenção está ligado a vários temas sociais que muitas vezes se tornam assuntos polêmicos, como por exemplo, a resolução 09/2009/CCEPE que disciplina o jubramento de alunos de graduação.

De acordo com as novas regras, aprovadas pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, o estudante poderá ter a matrícula recusada no curso ao qual está vinculado por decurso de prazo de conclusão ou pela persistência de rendimento escolar insuficiente. Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos, o objetivo não é punir os

estudantes, e sim criar condições de acompanhamento pela coordenação de curso e auxiliar aqueles que estão em dificuldades, possibilitando a conclusão da graduação em tempo hábil.²

A resolução determina alguns casos em que a matrícula do estudante deverá ser recusada: obtenção de três reprovações, por falta ou por nota, do mesmo componente curricular ou equivalente, de forma consecutiva ou não; reprovação, por falta ou por nota, em todos os componentes curriculares de um semestre letivo; esgotamento do prazo máximo estabelecido pela Universidade para a integralização curricular de um curso ou de uma de suas habilitações; obtenção de coeficiente de rendimento escolar inferior a três, por dois semestres, consecutivos ou não; e quando o aluno deixar de realizar a matrícula acadêmica (matrícula em componentes curriculares, trancamento de semestre letivo ou matrícula vínculo) nos prazos previstos pelo calendário acadêmico da UFPE, eliminando-se o período em que ocorrer trancamento de matrícula.

Segundo o professor e pesquisador Horácio Wanderlei Rodrigues:

"[...] O Jubilamento é legítimo quando o aluno, de fato, não consegue obter um rendimento satisfatório seguindo a proposta pedagógica, entretanto, a IFES deveria prestar um suporte extra-classe para os estudantes em condições acadêmicas sofríveis, analisando, inclusive, aspectos para orientação vocacional.

Diante o exposto, foi criado o Programa de Acompanhamento de Estudos (PAE) para o graduando que tenha ultrapassado o período normal de conclusão do curso, sem exceder o limite máximo, que apresentar as primeiras reprovações em disciplinas do curso ou que obtiver coeficiente de rendimento escolar inferior a três em um semestre letivo. Desta forma, é disponibilizado ao aluno o apoio da Universidade para assegurar vaga nas disciplinas pendentes para que possa concluir a graduação antes do tempo máximo permitido.

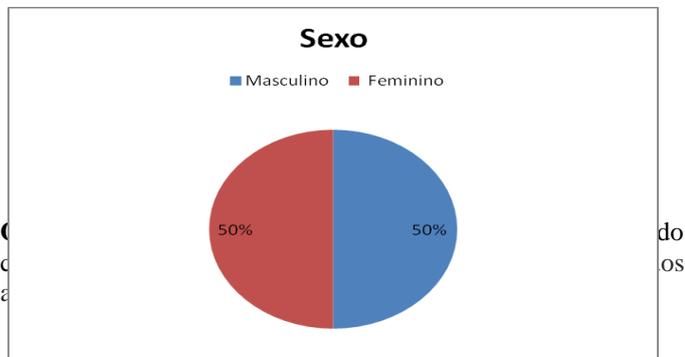
Segundo um levantamento realizado pela Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Proacad), Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Proplan) e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), atualmente, 1.720 alunos já teriam ultrapassado o tempo máximo para conclusão do curso. A maioria tem de 75% a 90% de carga integralizada do curso, o que dá a esses estudantes condições de se recuperarem.

Para os cursos cuja duração mínima é de 4 anos (8 semestres), no caso de Ciências Contábeis, sua duração máxima será de 8 anos (16 semestres). Quando o aluno atinge este limite, quer seja por constantes reprovações, quer por demais questões inerentes à sua vida escolar, então este perde o direito de permanência, voltando ao curso somente através de novo vestibular, porém cabe ao Colegiado do Curso que analisar os casos individualmente e decidir a homologação do Jubilamento, através do desempenho acadêmico.

4. ANÁLISES E INTEPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

² http://www.ufpe.br/proacad/index.php?option=com_content&view=article&id=227:ufpe-aprova-novas-regras-para-jubilamento-de-alunos&catid=2&Itemid=122. Acesso em: 10 de junho de 2011

Nessa pesquisa teve-se como base a análise de 50 questionários aplicados a alunos que passaram um tempo maior que o normal no curso de Ciências Contábeis da UFPE ocasionando a retenção discutida à luz da teoria. Pode-se observar no **gráfico 01** que 50% dos entrevistados foram homens e 50% de mulheres.



De acordo com o **gráfico 02** abaixo 70% alunos que ficaram retidos em relação à pesquisa realizada tinham idade na faixa de 31 a 50 anos. O que demonstra que a maioria detinha responsabilidades que muitos jovens não possuem ainda.

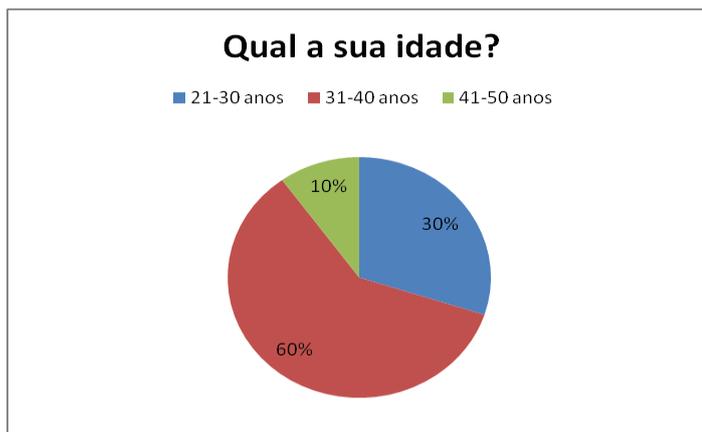


GRÁFICO 02 - Percentual da idade dos alunos retidos do curso de Ciências Contábeis da UFPE. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

Quando se analisou a renda no período em que os alunos retidos cursavam Ciências Contábeis 42% possuíam uma renda entre R\$3.000,00 e R\$6.000,00 ou acima de R\$ 6.000,00 (**Gráf. 03**)

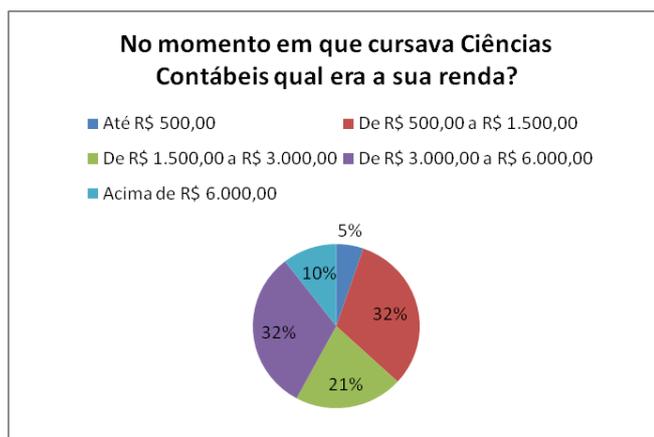


GRÁFICO 03– Percentual de entrevistados sobre a renda no período em que fazia Ciências Contábeis. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

Como pode-se observar no **gráfico 04** a maioria já possuía filho quando cursavam Ciências Contábeis na UFPE (67%) um dos motivos que intensificam a retenção.



GRÁFICO 04: Percentual da quantidade de alunos retidos do curso de Ciências Contábeis da UFPE que tinham filho. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

O mercado em expansão de Ciências contábeis é o indicador que mais motivou os alunos entrevistados a escolherem o curso, o que correspondera a 65% (**Graf. 05**).

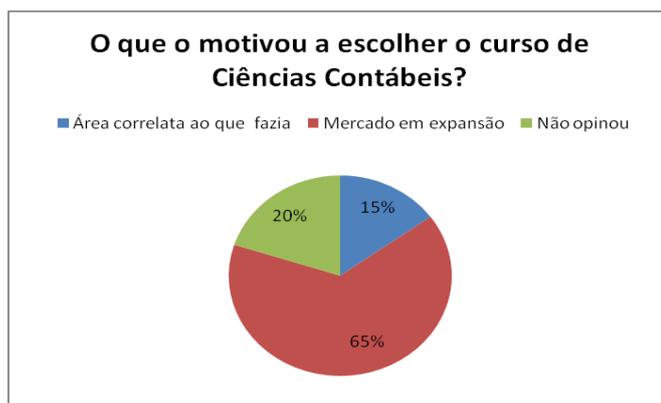


GRÁFICO 05- Motivos pelos quais os alunos de Ciências Contábeis da UFPE escolheram o curso. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

Como pode-se observar no **gráfico 06** abaixo, 95% dos alunos entrevistados trabalhavam durante o curso.

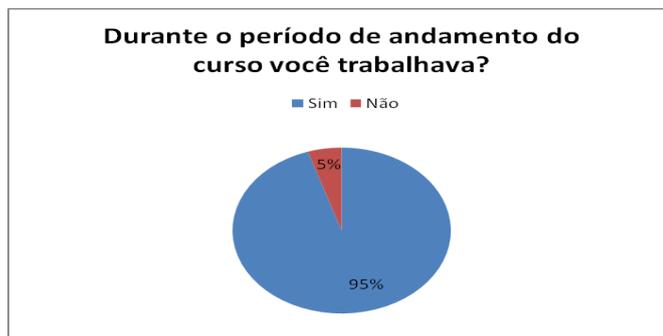


GRÁFICO 06 – Percentual da quantidade de alunos retidos que trabalhavam durante o curso. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

Quando perguntou-se sobre a finalidade com que trabalhavam 40%, no geral, responderam para sustento da família. Enquanto que 40% das mulheres responderam que seria para o sustento próprio, 60% dos homens afirmaram que a finalidade seria o sustento da família.



GRÁFICO 07 - Percentual da quantidade de alunos retidos do curso de Ciências Contábeis sobre finalidade com que trabalhavam. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

A maioria dos alunos entrevistados não fizeram outro curso de nível superior durante a graduação em Ciências Contábeis, o que corresponde a 80% (**Gráf. 08**).

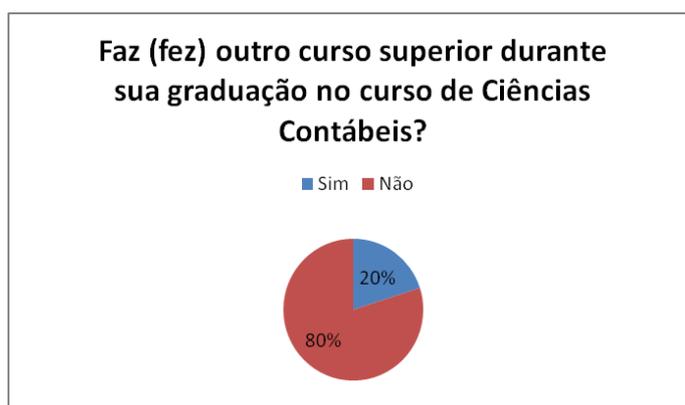


GRÁFICO 08 – Percentual da quantidade de alunos do curso de Ciências Contábeis que faz(fez) outro curso durante a graduação. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

Em relação ao tempo de permanência no curso, entre trancamentos e reprovações, 40% passaram de 11 a 13 anos para concluir o curso (**Gráf 09**).

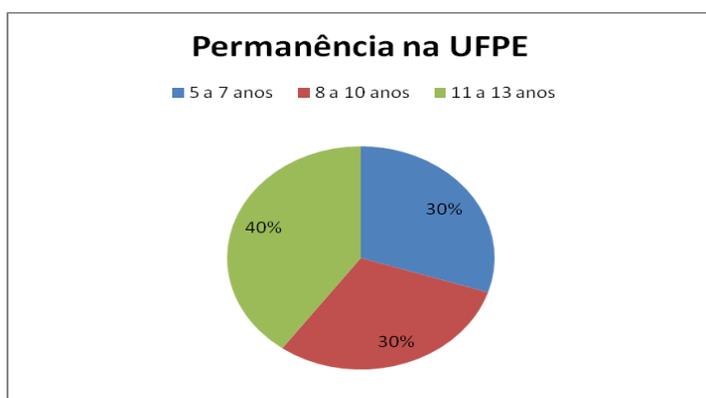


GRÁFICO 09 – Percentual da quantidade de anos que os alunos retidos do curso de Ciências Contábeis permaneceram na UFPE para concluir o curso. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

Enquanto que 52% tiveram como motivo de permanência prolongada no curso a conciliação entre o horário do trabalho e os estudos, 24% afirmaram que a retenção foi causada pela distância entre suas residências e a universidade.

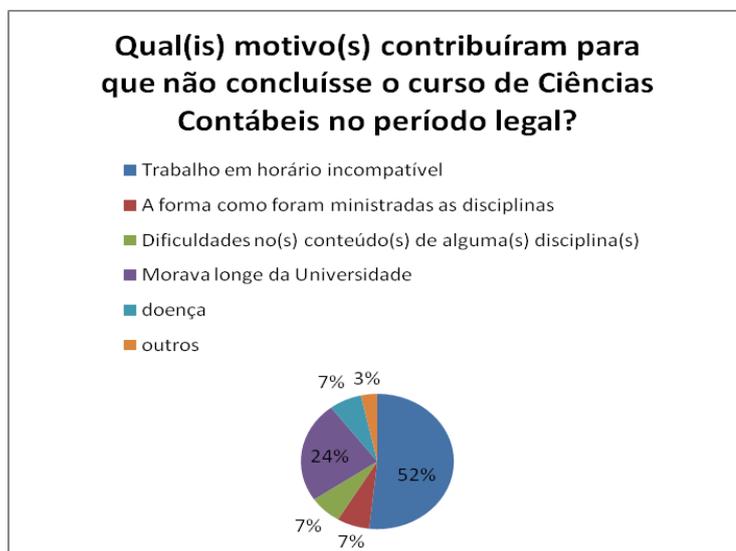


GRÁFICO 10- Percentual de entrevistados sobre os motivos que contribuíram para que não concluíssem o curso. **Fonte:** dados coletados a partir da aplicação dos questionários.

Segundo o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace, 34,79% dos estudantes se deslocavam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia em 1997. Em 2004 o índice teve um decréscimo para 30,5% dos alunos.

Entre outros indicadores responderam: dificuldades no conteúdo, doença, a forma como foram ministradas as disciplinas etc.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como problemática analisar os fatores que ocasionaram a retenção dos alunos de Ciências Contábeis em uma Instituição de Ensino superior (UFPE). O estudo teve como base 50 questionários respondidos pelos alunos que estão na universidade no mínimo há 5 anos (tempo normal de conclusão de curso legitimado pelo projeto pedagógico do curso são de 4 anos).

Considerando as características gerais dos alunos retidos de acordo com os dados analisados pode-se observar que 70% tinham idade na faixa de 31 a 50 anos, as percentagens de homens e mulheres entrevistados foram idênticas, 42% possuíam uma renda entre R\$3.000,00 e R\$6.000,00 ou acima de R\$ 6.000,00, a maioria já possuía filho quando cursavam Ciências Contábeis na UFPE (67%) .

Quando perguntados sobre a finalidade com que trabalhavam 40%, no geral, responderam para sustento da família. Enquanto que 60% dos homens afirmaram que a finalidade seria o sustento da família, 40% das mulheres responderam que seria para o sustento próprio. Quando analisamos o indicador que mais motivou os alunos entrevistados a escolherem o curso, 65% dos entrevistados afirmaram que o mercado em expansão foi o fator decisivo.

A maioria dos alunos entrevistados não faziam outro curso de nível superior durante a graduação em Ciências Contábeis, o que corresponde a 80%. Em relação ao tempo de permanência no curso, entre trancamentos e reprovações, 40% passaram de 11 a 13 anos para concluir o curso.

O fator que culminou como principal motivo para a permanência prolongada no curso foi o horário do trabalho incompatível com os estudos que obteve 52% de respostas dos entrevistados, pois 95% trabalhavam durante o curso. Enquanto que 24% afirmaram que a retenção foi causada pela distância entre a universidade e suas residências. Entre outros indicadores os entrevistados responderam: dificuldades no conteúdo, doença, a forma como foram ministradas as disciplinas etc.

Portanto, percebeu-se com o estudo que o intuito de uma instituição de graduação é que todos os alunos façam o curso dentro da periodização prevista no currículo, com uma formação técnica, humana, ética e moral, no sentido de ao serem absorvidos pelo mercado de trabalho, sejam profissionais competentes e atualizados não só para o progresso das empresas pelas quais serão contratados, mas como vetores que possibilitem a melhoria das condições de vida da nossa nação.

Para pesquisas futuras podem ser realizados diversos estudos como um mapeamento do perfil sócio-econômico dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPE, proposta de avaliação da didática de ensino na graduação do curso de Ciências Contábeis da UFPE e avaliação dos alunos egressos da UFPE para fins de evidenciação do impacto da inserção do profissional no mercado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORES DE ENSINO SUPERIOR(ABMES). **Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2005**. Brasília: ABMES. Editora, 2005.

CAMARGO, Regina Galhardi de; SILVA, Solange Maria da. Aprendizagem de adultos e pensamento crítico nos cursos de Ciências Contábeis. In: PELEIAS, Ivam Ricardo. **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo:Saraiva, 2006.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **A avaliação escolar: um processo de reflexão da prática docente e da formação do professor no trabalho**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1998. 267 p. (Tese, Doutorado em Educação). Cap. 5: O processo de avaliação na sala de aula, p.175-223

DOWD, A. C; COURY, T. **The effect of loans on the persistence and attainment of community college students**. Research in Higher Education, v. 47, n. 1, p. 33-62, fev. 2006.

FONAPRACE, I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 1997.

_____. II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 2004.

_____.Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI)

_____.Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal de Pernambuco **Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Resolução 09/2009/CCEPE

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: **as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

LEPPEL, K. The impact of major on college persistence among freshmen. Higher Education, 41, p. 327-342, 2001.

LIU, R; LIU, E. **Institutional integration: an analysis of Tinto's theory**. In: ANNUAL FORUM OF THE ASSOCIATION FOR INSTITUTIONAL RESEARCH, 40, 2000, Cincinnati. Anais... Cincinnati, 2002, p. 2-24.

MEC/SESU. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão/Retenção nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1997.

SAVIANI, Dermeval. Educação: **Do Senso Comum à Consciência Filosófica** / Dermeval Saviani. UNICAMP / São Paulo: Autores Associados, 1993.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R., HIPOLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cad. Pesqui., São Paulo, v.37, n.132, p.641-659, 2007.